

# DPF investiga tráfico no Congresso

Brasília — Luiz Antonio

BRASÍLIA — O Congresso será alvo a partir desta semana de uma operação de guerra no combate ao tráfico de drogas em suas dependências, com a participação de agentes da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, todos especialistas na repressão ao narcotráfico. Os policiais, que atuarão juntamente com a segurança da Casa, foram requisitados pelo presidente do Senado e do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e começarão por investigar as denúncias feitas pelo jornal *Folha de S. Paulo* de que o Congresso é hoje um dos principais centros de tráfico de drogas em Brasília.

“Há indícios do envolvimento de funcionários daqui no tráfico, como há em qualquer outro setor do governo ou da iniciativa privada. É temerário associar a ação de alguém ao seu local de trabalho”, comentou, ainda cauteloso, o delegado Onézimo Souza, chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal. Ele manteve um encontro de meia hora com Benevides, quando ficou decidido que além de participar das investigações sobre as denúncias, os agentes federais, em número não revelado, ministrarão cursos especiais para treinar o corpo de segurança do Congresso na repressão e prevenção ao narcotráfico.

Já a Polícia Civil do Distrito Federal entra na operação com dez homens, colocados à disposição do Congresso pelo governador Joaquim Roriz. Mauro Benevides contou que os dez policiais civis foram requisitados a Roriz na última quinta-feira, antes, portanto, da publicação da reportagem. Ele negou, porém, que a providência tivesse sido tomada diante de indícios de que o tráfico de drogas tivesse atingido níveis insuportáveis. “Durante o recesso, nós recebemos uma recomendação da segurança para reforçar a vigilância nos acessos ao Congresso. Como no Senado há uma vacância de 25 homens no corpo de 157 seguranças, resolvemos pedir o auxílio do governador”, disse Benevides. Para o preenchimento das



*Benevides (D) recebeu em seu gabinete o delegado Souza, da Polícia Federal*

25 vagas, informou ainda, o Senado fará um concurso nos próximos dias, para o qual já há 25 mil candidatos.

O presidente do Congresso informou, também, que ainda ontem foi aberta uma sindicância para apurar a denúncia de que o Centro Gráfico do Senado (Cegraf) estaria sendo usado de ponto para repasse de cocaína, através de contatos realizados através de um de seus ramais. A sindicância tem prazo de 30 dias para apresentar suas conclusões. “Se houver comprovação de envolvimento de funcionários, a punição será exemplar, a começar pela imediata demissão”, garantiu Benevides.

Outra providência foi a restauração do processo referente ao inquérito que apura o envolvimento do servidor Ormino Pelegrino com o tráfico de entorpecentes, em 1989. O processo estava desaparecido e agora, paralelamente à sua retomada, será procedida à apu-

ração das responsabilidades administrativas e penais pelo seu desaparecimento. Outras medidas tomadas serão as seguintes: maior rigor na identificação de todas as pessoas que se utilizem de qualquer dos acessos do Congresso, inclusive com a revista, se os seguranças assim acharem necessário; a circulação nos prédios será a mais restrita possível, de forma que, se um visitante informa ir a determinado gabinete, receberá um crachá específico para a área em que se localizar o determinado gabinete, não podendo dali se deslocar para outras dependências; os estacionamentos também serão vigiados com maior rigor, nunca ficando menos de quatro seguranças nos pontos de maior movimentação. “Não vamos contemporizar com o tráfico no âmbito do Congresso e estamos dispostos a impedir que a imagem do Congresso seja afetada”, prometeu Mauro Benevides.

☐ O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), enviou à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a resolução da Mesa que, em 16 de junho do ano passado, autorizou a promoção, pela transformação de cargos, de 233 funcionários que não se submeteram a concurso. As promoções foram questionadas dentro do próprio Senado, entre outros pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Benevides não quis discutir a legalidade ou não do ato, limitando-se a informar que, como a resolução foi um ato da Mesa, aprovado pelo plenário, não lhe cabe simplesmente suspendê-la. Somente após o pronunciamento da Comissão, que não tem prazo para a análise, ele voltará a falar no assunto.